

ATA Nº 246/2020

1 Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, através
2 de vídeoconferência, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se ordinariamente o
3 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do
4 presidente, o conselheiro: André Pinto Dalcarobo (titular da APP). Estando presentes: a
5 secretária: Luciane Ferreira Medeiros (titular da Secretaria de Assistência Social), os
6 conselheiros de direito, representantes da sociedade civil e governamentais: Dafna Correa
7 Rodrigues (titular da AJL), Eliezer Marques Costa (titular do Grupo Escoteiro Carijós), Fabíola
8 Koenig Soares (suplente da Secretaria de Educação), Fabrício Corrêa Rosa (titular da Polícia
9 Militar), Hamilton Gomes de Sousa (suplente da APAE), Rosa Maria Machado Silveira (Titular
10 do CEACA) e Rosineti Cardoso da Rosa (titular do Clube Esperança). Ainda estiveram
11 presentes: Guilherme Cechelero (assessor de rede), Priscila Alves Viana Pires (Conselheira
12 Tutelar) e Alessandra Pascoali (controle interno). André inicia a reunião reforçando o item um
13 em pauta: Lembrar aos conselheiros realizar as assinaturas nas atas e listas de presença das
14 reuniões virtuais anteriores; André explica que metade dos conselheiros são governamentais e
15 trabalham ou passam direto na prefeitura, podendo passar no CMDCA, bem como pede que
16 igualmente os conselheiros das entidades também passem no CMDCA para realizar as
17 assinaturas, pois é uma observação feita constantemente pela secretária executiva de que já tem
18 muitas documentações com assinaturas faltantes. André passa ao item dois da pauta: Informar
19 justificativa dos conselheiros faltantes; André passa a palavra à Sabrina, que explica que recebeu
20 até então somente a justificativa das Conselheiras da saúde Fernanda Firmino e Dorimá, que
21 estariam em atendimento e não poderiam participar. André diz que esse envio de justificativa e a
22 observância das faltas se faz de acordo com o Regimento interno do CMDCA, e reforça aos
23 presentes que há um controle sobre as faltas. André passa ao item três em pauta: Reforço informe
24 recebimento de e-mails: do CEDCA, do Silmar Balbinot, da CPL Software, da Fernanda Rocha -
25 Editora Amigos; André passa a palavra à Sabrina. Sabrina informa que é exatamente o que está
26 disposto na pauta: apenas reforçar que os materiais recebidos no e-mail oficial do CMDCA estão
27 sendo repassados para os conselheiros através de e-mail, e explica que o material é de interesse
28 tanto das entidades governamentais e governamentais. André faz a observação que a leitura dos
29 e-mails recebidos já deveriam ter sido feitas pelos conselheiros, e abre a palavra para discussões
30 sobre esse assunto. Não havendo, André passa ao item quatro em pauta: Reforçar que foram
31 recebidos os relatórios de atendimento da APAE e CEACA do mês de julho já repassados aos
32 conselheiros e disponíveis na página do CMDCA, no site da prefeitura; André diz que como já
33 está explicando na pauta: as documentações recebidas já se encontram na página do CMDCA, no
34 site da prefeitura, e diz que é importante esse encaminhamento mensal dos relatórios por parte
35 das entidades e pede que os serviços governamentais também façam o mesmo, pois o pedido
36 encaminhado pelo CMDCA foi de ações que estão sendo efetuadas em período de isolamento
37 social, e diz que é importante encaminhar para conhecimento do CMDCA do que está sendo
38 feito. Luciane pede que formalizem esse pedido, pois entenderam que não foi pedido mês a mês
39 enquanto durar a pandemia e sim naquele período onde houve o isolamento social. André
40 questiona ao assessor se solicitam essas informações através de ofício ou podem formalizar
41 através de Resolução. Guilherme orienta que esse envio seja bimestral ou até trimestral e não
42 mês a mês, para tirar uma média melhor. Guilherme diz que fará uma provocação ao CMDCA:
43 de que vai adiantar as Organizações não governamentais ou governamentais, sejam as
44 secretarias, encaminharem os seus relatórios se o CMDCA não parar para analisar?! Não
45 acompanhar esses números?! Somente para deixar arquivado na Secretaria do conselho.
46 Guilherme orienta que se o CMDCA faça a leitura desses números e lembra que, segundo o
47 art. 88 do ECA o CMDCA não é órgão fiscalizador, mas sim controlador, e diz que se o CRAS
48 encaminhar mensalmente o CMDCA fará a análise mensalmente, e reforça que mandar por
49 mandar não resolve, é a mesma coisa que dizer que recebeu o e-mail mas não leu. Guilherme
50 reforça que é necessário o CMDCA como um grupo, em conjunto, analisar essa informação

51 recebida. André diz que a seu ver as entidades deveriam encaminhar bimestralmente, porém joga
52 o debate para a plenária: se é necessário confeccionar ofício solicitando ou Resolução e vindo
53 essa relatoria, como será a forma de análise?! Dafna questiona se querem olhar para esses
54 números buscando o que?! Se é para saber quais projetos na área da infância e adolescência estão
55 precisando. Dafna observa que o CEACA atende um público, a APAE outro e diz que se seria
56 para fiscalizar esses atendimentos que estariam sendo feitos, pois com relação aos projetos que
57 estão sendo executados já existe uma comissão própria pra isso, que é a Comissão de
58 fiscalização. Dafna diz que não só os não governamentais, mas também os governamentais.
59 André concorda, e lembra que foi encaminhado pelo CMDCA ofício para a farmácia básica,
60 pois chegou ao conhecimento do conselho que não teriam remédios necessários para tratar
61 crianças, principalmente no período de pandemia e explica que assim, havendo a cobrança de
62 informação pelo CMDCA, as farmácias se organizam para manter o estoque em dia, irão buscar
63 uma solução, pois gera a preocupação e diz que dará mais seis minutos para debaterem esse
64 assunto e passa a palavra a Guilherme. Guilherme diz que não recorda dessa questão, e diz que
65 são muitos conselhos os quais ele assessora, porém explica que há em alguns conselhos a
66 Comissão de Análise e Diagnóstico, que faz o que seria o ideal: a Comissão recebe esses dados,
67 pois explica que não é preciso haver discussão na plenária, pois na plenária pode haver pautas
68 emergenciais, podem ter assuntos que geram discussões, podem gerar alguns atritos, e explica
69 que por isso existem as comissões: para as informações já virem mastigadas para a plenária,
70 Guilherme diz que a Comissão é quem irá analisar, diagnosticar para chegar à plenária e
71 exemplifica: a comissão analisando o relatório identificou isso na área de esporte, ou na área de
72 educação, para a plenária já receber as linhas analisadas, já com ideias de encaminhamentos, e
73 observa que o CMDCA é soberano em suas decisões, explicando que caso queiram reanalisar
74 nada o impede. André observa que o CMDCA tem uma carência de Comissões, de conselheiros
75 atuantes. André questiona se essa questão não poderia ser encaminhada a uma comissão já
76 existente, como a do FIA. Priscila disse que no ano anterior havia um grupo que ficou de fazer
77 essa análise, onde eram integrantes: A Karla, que não foi reeleita como conselheira tutelar, o
78 Marquinhos da AJL, a Alessandra Francioni da SAS e diz que como alguns saíram o grupo se
79 perdeu, e afirma que já esteve presente em alguma reunião. Guilherme diz que não cabe à
80 Comissão do FIA esse tema, pois a essa comissão é atribuição discutir questões relacionadas ao
81 FIA, como o contato com os contadores, comunidade, mobilizar o restante dos conselheiros do
82 CMDCA, e afirma que já tem bastante atribuições portanto reforça que não caberia. Dafna
83 sugere que essa Comissão possa se encontrar trimestralmente, para não ficar pesado para os
84 conselheiros. André diz que houve uma proposta pela conselheira Dafna. Rosa explica que
85 mesmo o encontro sendo trimestral é uma sobrecarga grande do CMDCA e diz que ela não
86 conseguirá acompanhar, e explica que a sua preocupação é ter gente para dar a continuidade,
87 pois estão tendo muitos encontros, diz que teve reunião da comissão de normas terça, teve
88 ordinária hoje e terá outra amanhã. Fabíola questiona se terá outra do CMDCA amanhã. Rosa
89 nega e explica que é de comissão relacionada ao Conselho. Eliezer sugere que façam uma
90 reunião extraordinária exclusiva para analisar os dados encaminhados das entidades quando
91 necessário. André diz que como órgão controlador acha essa discussão de suma importância, e
92 questiona quem é favorável em criar uma comissão para a análise. Dafna e Luciane se
93 manifestam. André questiona quem é favorável em discutir em extraordinária. A maioria dos
94 conselheiros concordam. André sugere confeccionar resolução solicitando o envio bimestral
95 pelas entidades governamentais e não governamentais das ações realizadas a ser determinada
96 data limite posteriormente. Rosa diz que na Resolução já devem determinar o prazo. André pede
97 auxílio à Luciane e Rosa, pela experiência, de como seria o fechamento de datas. Rosa sugere
98 que de três em três meses: se fecha as ações em março, ter até 10 de abril para encaminhar.
99 André questiona se o relatório será trimestral ou bimestral. Rosa diz que pode ser bimestral,
100 porém sugere que se a entidade perder o prazo será notificada. André diz que em dezembro fica
101 complicado analisar, depois terá a primeira reunião do CDMCA em fevereiro. Luciane questiona
102 qual a data que as entidades possuem para fazer e diz que até o dia 10 conseguem fazer. Rosa diz

103 que até o dia 31 de cada mês. Luciane diz que com base no serviço de convivências, os
104 professores têm até o primeiro dia útil do mês para os professores entregarem seus relatórios para
105 Tatiana. André confirma se o prazo para encaminhar o relatório ficou bimestral. Luciane e Rosa
106 confirmam. Conselheiros concordam. André diz que a redação da Resolução ficou: as entidades
107 devem encaminhar bimestralmente ao CMDCA o relatório das ações realizadas com crianças e
108 adolescentes, a ser entregue até o dia 10 do mês subsequente. Conselheiros concordam por
109 maioria dos votos. André passa ao item cinco em pauta: Reforçar informe sobre o recebimento
110 de ofícios, e passa a palavra a Sabrina. Sabrina reforça que encaminhou todos os ofícios através
111 de e-mail e whatsapp no decorrer que foi recebendo e reforça que foram recebidos: n.º 174/20 da
112 Polícia Civil, em resposta ao ofício encaminhado n.º 54/CMDCA/2020, que solicitou
113 representantes da Polícia Civil no Comitê Gestor; n.º 183/2020 do Prefeito, em resposta ao of.
114 encaminhado n.º 56/CMDCA 2020, que solicitou resposta escrita sobre repasse de recursos FIA
115 às entidades em ano eleitoral; n.º 05/2020 da Secretaria de Educação, em resposta ao of. n.º
116 58/CMDCA/2020; que solicitou presença efetiva das conselheiras representantes da educação ou
117 indicação de novos conselheiros; n.º 381/2020 do MP, em resposta ao of. n.º 57/CMDCA/2020,
118 que solicitou a relação das multas encaminhadas para o FIA - Fundo da infância e adolescência
119 de Capivari; n.º 05/2020 do Controle Interno, em resposta ao of. n.º 55/CMDCA/2020, que
120 solicitou resposta sobre o Grupo Escoteiro; André diz que sobre a resposta negativa da Polícia
121 Civil em encaminhar um representante, reforça que esteve pessoalmente falando com o delegado
122 de polícia, que teria prometido verbalmente que encaminharia um integrante, porém informou
123 através do ofício que não teria. André diz que o Comitê estava aguardando a indicação, porém
124 agora tocará os trabalhos sem o representante da Polícia Civil. Com relação ao ofício
125 encaminhado pelo executivo, André observa que sobre esse assunto foi feita reunião com o
126 prefeito e equipe técnica, também com a presença de representantes das entidades: AJL e
127 CEACA e reforça que sobre o que foi discutido foi reduzido a termo através de parecer técnico
128 jurídico confeccionado e assinado por ele enquanto advogado. André diz que difere ao que foi
129 debatido e sustentado, e explica que isso na área jurídica seria o chamado: embargos de
130 declaração, pois não combate todos os argumentos e documentos apresentados pelo conselho, e
131 diz que o CMDCA fez o que pôde fazer até o momento. André sugere que as entidades se unam
132 e verifiquem essa questão em conjunto, pois será uma questão que pode se repetir em outros
133 anos. André diz que entende que essa questão não pertine à prefeitura e sim ao TCE dizer se
134 pode ou não pode e diz que o próprio CONANDA vem de encontro dizendo que o FIA é um
135 fundo especial. André questiona se Guilherme tem alguma sugestão, e reforça que a sua é que as
136 entidades entrem juridicamente. André diz que segundo o prefeito baseou sua decisão no jurídico
137 da AMUREL e FECAM. André diz que com relação à resposta do MP de que não houve
138 pagamentos esse semestre também difere ao que consta na prestação de contas, e ao que vem
139 acompanhando de movimentação enquanto presidente, pois há pagamentos. André observa que
140 quanto ao recurso do Grupo Escoteiro a resposta do controle interno é que está sendo devolvido
141 ao FIA. André diz que esses foram os seus comentários sobre os ofícios que foram recebidos e
142 abre a palavra aos conselheiros. Rosa explica que não entrará através do jurídico e que irão
143 aguardar passar o ano eleitoral para depois solicitar o repasse do recurso para a continuação da
144 obra. Rosa observa que o CMDCA fez tudo o que pôde fazer, porém reforça que irão aguardar,
145 pois já esperaram quase um ano, portanto esperarão mais três meses. Rosa informa que leu a
146 última ata, onde o conselheiro Vitor expôs o relatório da Comissão de fiscalização, dizendo que
147 o projeto está quase pronto e diz que discorda, pois não está, e observa que a ENGIE repassou
148 apenas R\$ 50.000,00 ao FIA, um valor menor do que o inicial solicitado, e observa ainda que o
149 projeto não é somente a construção do espaço físico, mas sim pronto equipado para a execução
150 das atividades. Hamilton observa que também há recurso disponível para a entidade, de
151 parlamentares, que também está sendo bloqueado baseando-se no mesmo motivo, e quando
152 questionados do por que essa retenção o pessoal da prefeitura não sabe responder e a entidade
153 não sabe a quem recorrer, a quem buscar e explica que ficam perdidos nesse sentido. Guilherme
154 diz que nesse momento é uma decisão das ONGs e observa que há uma decisão errônea do

155 município e que, por sua experiência em outros conselhos, tem conhecimento que em outros
156 conselhos estão repassando normalmente o recurso. Guilherme observa que o CMDCA já
157 encaminhou ofício, já fez reunião e diz que não pode contribuir muito. André diz que tem sua
158 interpretação jurídica, e explica que não está apontando o prefeito, mas a equipe técnica que o
159 está assessorando. André passa ao item seis: Informe encaminhadas as informações para o
160 CEDCA, sobre os delegados eleitos na Conferência Municipal; André explica que o CEDCA
161 solicitou informação sobre os delegados eleitos na Conferência que foi realizada em 2018 e
162 passa a palavra à Sabrina. Sabrina diz que a informação que o CEDCA passou é que a
163 Conferência Estadual será realizada na semana do dia 12 de outubro, com aproximadamente 2
164 horas de duração a cada dia, e informa que lembrou os conselheiros através do whatsapp quais
165 foram os delegados eleitos em 2018, sendo que participarão da Conferência Estadual: Luciane
166 Ferreira Medeiros – Governamental, Rosilene Costa Antônio – Não governamental, pois é a
167 suplente da Elizabeth, que não está mais no conselho, Jamily Luciano – Adolescente e Giselle
168 Paes Horácio – da rede de atendimento, que atuava no CRAS em 2018 e hoje está atuando em
169 Tubarão, porém afirmou ter interesse em participar. Luciane questiona se não era a Geysa.
170 Sabrina explica que Geysa é suplente, porém também informou que está atuando no município
171 de Tubarão. Sabrina relata que tiveram interesse em participar da Conferência Nacional a
172 adolescente: Jamily e a representante da rede: Giselle, as quais enviaram os seus vídeos de até
173 dois minutos que foram também encaminhados para conhecimento no grupo de whatsapp. André
174 parabeniza a Secretária Executiva por essa movimentação em realizar a resposta ao CEDCA.
175 Mário e Vitor justificam suas ausências no grupo de Whatsapp. Guilherme faz a observação de
176 que demoraram muito para fazer as etapas: Estadual e Nacional, porém não cabe ao CMDCA
177 discutir sobre isso, mas diz que a única observação é que foi mencionado que uma das
178 participantes não atua mais no município e questiona se levando em consideração essa
179 informação que não tem mais vínculo, leva a reflexão: sim ela foi eleita pela plenária da
180 Conferência em 2018, porém essa vaga é de Capivari e não dela, visto isso não haveria outra
181 pessoa que atue e que teria interesse. André diz que houve consulta ao CEDCA e seguindo as
182 orientações do CONANDA o CMDCA é deliberativo para decidir essas questões. Rosa diz que a
183 Giselle está sempre participando de questões em Capivari, e informa que ela é bem atuante e
184 concorda com a sua participação. Conselheiros concordam. André afirma que fica ratificada a
185 participação da delegada pela plenária. André passa ao item sete em pauta: Deliberar sobre os
186 três orçamentos para pagamento da capacitação referente ao programa: “família acolhedora” com
187 recursos do FIA; André lembra que a capacitação foi aprovada perante a TAC do MP, onde foi
188 decidido que no primeiro ano o FIA iria custear algumas questões relacionadas à Família
189 Acolhedora, portanto foram recebidas: a solicitação de compra direta através do FIA, com os três
190 orçamentos para a capacitação da Família Acolhedora, segundo o documento através da Maira
191 de Sousa, e questiona se deliberam pela contratação da capacitação da família acolhedora.
192 Sabrina observa que deve informar o valor e o executante. Dafna informa que o valor é de R\$
193 5.600,00 (cinco mil e seissentos reais), sendo a contratada: Neusa Eli Figueiredo Cerutti. André
194 questiona se os conselheiros aprovam a contratação da capacitação para a Família acolhedora
195 com os recursos do FIA, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seissentos reais). Conselheiros se
196 manifestam. André diz que fica aprovado por maioria de votos, devido ao conselheiro Eliezer
197 estar com problemas técnicos que o impediram de se manifestar. Guilherme observa que como o
198 recurso é do FIA é importante saber quando será essa formação, ter o retorno: o que a formação
199 acrescentou e diz que não conhece a profissional, mas pedir o que irá acrescentar essa
200 capacitação. André diz que passa para a Comissão de fiscalização verificar. André faz a
201 observação de que na justificativa consta que a escolha se deu por ter o menor preço/valor,
202 porém informa que pesquisou e analisou os currículos e que foi pesquisar quem são os
203 profissionais, e orienta que não busquem somente pelo menor preço, mas também a qualidade, e
204 explica que na Educação já aconteceu de contratar empresa para confeccionar uniformes
205 escolares e ela nem existir. André pede que fique registrada a sua fala. André passa ao item oito:
206 Informe andamento das reuniões das reuniões do Comitê Gestor; André diz que está presente no

207 Comitê Gestor e informa que houve uma paralização dos encontros, pois estavam aguardando a
208 indicação do representante da Polícia Civil, porém que estão retomando e informa que terão a
209 reunião do grupo na sexta-feira – 28/08. Guilherme pede que deixe registrado que também
210 participa das reuniões do Grupo Gestor. André observa que o Guilherme está assessorando em
211 todas as comissões e grupos de trabalho. André passa ao item nove em pauta: Deliberar sobre a
212 revogação da resolução de n.º 218/2020 do CMDCA que inclui a polícia civil como membro do
213 Comitê Gestor; André explica que devido à negativa da polícia civil em encaminhar o
214 representante, devem deliberar se revogam então a Resolução que incluiria esse representante, ou
215 buscam outras ações. Conselheiros aprovam a revogação por maioria de votos. André observa
216 que a conselheira Rosinete e Eliezer estão com problemas técnicos não sendo possível responder
217 à votação. Dafna informa que a conselheira Patrícia está tentando entrar na reunião sem sucesso,
218 e que a informou para não se preocupar, pois estão com quórum. Guilherme diz que ao deliberar
219 e fazer uma resolução o CMDCA está dizendo: cumpra-se, e explica que há dois tipos de
220 conselhos: o consultivo e o deliberativo, e este conselho está dizendo: faça-se, e explica que
221 quando o CMDCA delibera pelo encaminhamento de representante e a polícia civil e este oficia
222 que não pode participar, não podem obrigar a participação da entidade, porém ao revogar a
223 resolução estão tirando a responsabilidade da Polícia Civil. Guilherme exemplifica: vou a um
224 restaurante e peço um copo d'água, aí a pessoa responde que tem pouca água no estoque, tudo
225 bem, mas você ainda quer a água. Guilherme diz que revogar é um ato político que o CMDCA
226 está fazendo e exemplifica que da mesma forma é se deliberarem para que as entidades
227 encaminhem os dados bimestralmente e elas não encaminhem, e decidir que por isso revogam
228 a resolução. Rosa diz que tem no Regimento do CMDCA que as entidades têm que participar das
229 comissões. Sabrina diz que essa é outra questão, e observa que a polícia civil já não participa do
230 CMDCA. André recorda Rosa que a solicitação para a polícia civil era para participar do Comitê
231 Gestor. Rosa diz que estava entendendo que eles não participavam de Comissão, e não havia
232 entendido que era do Comitê. André diz que está cansado de colocar os assuntos e não ter
233 retorno, e diz que a participação no comitê é de suma importância, pois é esse comitê que tratará,
234 por exemplo: da violência sexual da criança e do adolescente. André abre a palavra para
235 discussão. Fabíola questiona se não podem fazer uma carta, não um ofício formal, mas uma carta
236 não oficial, frisando a importância da participação da polícia civil nesse comitê. Luciane diz que
237 o presidente anterior: Eliezer também já realizou falas com as polícias, tanto civil quanto militar,
238 porém eles têm dificuldade na participação devido às demandas. Luciane diz que olhando a pauta
239 não se atentou, e pede que deixe registrado que há a dificuldade na participação por parte de
240 todas as entidades e diz que após a explicação não concorda com a revogação. Rosa e Fabíola se
241 manifestam no mesmo sentido. Demais conselheiros concordam em não revogar a Resolução.
242 André diz que o que o revolta é por já ter falado com o delegado pessoalmente, que o informou
243 que encaminharia o representante ao Comitê. André informa que no momento que esteve na
244 delegacia estavam trabalhando em isolamento, porém entrou por trás, por ser conhecido e reforça
245 que após concordar que ia encaminhar veio essa resposta negativa no ofício. André questiona se
246 poderiam fazer uma nota de repúdio direcionada a Polícia civil, pois oficiar já foi feito. Luciane
247 diz que devem deixar registrado em ata a preocupação da não participação da Polícia Civil e a
248 importância de participarem. Rosa concorda, e diz que se lá na frente precisar estará registrado
249 em ata. André questiona qual o posicionamento do Fabrício e observa que a solicitação de
250 participação no grupo surgiu devido à polícia civil ser a porta de entrada do registro dos crimes,
251 por exemplo, de violência sexual. Fabrício diz que a Polícia Civil é uma instituição séria e
252 responsável, que hoje é comandada pelo Vandilson, e explica que a polícia militar de Capivari
253 possui hoje 25 policiais, e que acredita que a polícia civil tem menos que a metade desse número,
254 relata que também gostaria que participassem das reuniões, porém diz que sabe das limitações de
255 pessoal efetivo e também por terem demandas muito grandes, entende a impossibilidade de
256 participação e diz que o comandante Vandilson é pessoa de extrema retidão e diz que acompanha
257 a decisão dos demais conselheiros. André diz que fica decidido então que irão apenas registrar
258 em ata o motivo da não revogação da resolução proposta: que hoje não é possível, porém

259 futuramente a polícia civil possa estar participando e acrescenta que foi deliberado pela maioria
260 dos conselheiros pela não revogação da resolução n.º 218/2020. André passa ao item dez em
261 pauta: Relatoria das demandas providas da Comissão do FIA do CMDCA. André explica que
262 na comissão estão confeccionando uma planilha de ações com propostas para o próximo biênio:
263 2021/2022. André explica que a comissão está se reunindo mensalmente e que o cronograma das
264 próximas reuniões do FIA já foi encaminhado aos integrantes. André diz que na última reunião
265 observou a falta de integrantes para atuar dentro da comissão do FIA e questiona se há
266 conselheiros interessados em entrar e contribuir com os trabalhos da comissão. André pede o
267 auxílio da Luciane, que informou que está de licença, porém está participando, pede contingente,
268 e diz que pode haver voluntariado ou podem realizar o ingresso através de votação. Dafna diz
269 que se coloca à disposição caso precise, e observa que deve haver a paridade. André explica que
270 precisam de estratégias de marketing. Dafna diz que da última reunião da comissão de normas já
271 surgiu um assunto a ser debatido nesta comissão: de padronizar a forma de doações físicas,
272 possibilitando direcionar para projetos de entidades. Fabrício diz que não entrará devido à
273 questão de contingente, e explica que não participa das extraordinárias, pois a participação nas
274 reuniões geraria horas-extras que não foram autorizadas. Fabíola se coloca à disposição para
275 participar da Comissão do FIA. Sabrina relembra que entrarão na Comissão os titulares e
276 suplentes, ou seja: Renata e Richarles. André confirma e diz que os presentes estão decidindo e
277 que automaticamente os titulares e suplentes farão parte do FIA. Conselheiros concordam por
278 unanimidade. André questiona Guilherme se tem alguma questão a pontuar. Guilherme nega.
279 André lê item onze em pauta: Relatoria das demandas providas da Comissão de Normas e
280 Documentos do CMDCA: Informe sobre a análise do of. n.º 04/2020 do Controle Interno,
281 referente devolução de verbas do Grupo Escoteiro ao FIA; Deliberar sobre o envio de ofício para
282 entidade com número excedente de faltas: SINTRESC; Deliberar sobre a sugestão de alteração
283 da Res. n.º 02/2014 do CMDCA, com relação à digitalização do formulário de registro de
284 entidades e programas e mudança de prazo (de 30 para 5 dias) para a entidade solicitar a revisão
285 dos documentos encaminhados pela entidade ao CMDCA; Deliberar sobre a sugestão de período
286 para registro/renovação das entidades, programas e projetos (proposto de até 5/10), para análise
287 dos registros pela comissão (proposto até 15/10); para entrega e a análise das pendências pela
288 comissão caso houver (proposto até 23/10); para deliberação da plenária sobre os registros
289 aprovados (proposto na ordinária de 29/10); Deliberar sobre o parecer n.º 005/2020 da Comissão
290 de Normas e Documentos do CMDCA que aprova a prestação de contas do FIA até 30 de junho;
291 André explica que elencou os itens a serem discutidos, propostos pela comissão de normas e
292 questiona Dafna se ela quer conduzir as discussões e propõe que abram discussões de cinco
293 minutos para cada assunto. Dafna explica que sobre o primeiro informe a prefeitura encaminhou
294 através do ofício o valor mensal que estão repassando, porém explica que os conselheiros
295 ficaram em dúvida no of. 05/2020 do Controle interno sobre do que seria o valor de R\$ 32,07, se
296 se trata de rendimento. Luciane diz que a Alessandra do Controle Interno está presente e pode
297 responder. Alessandra explica que se tratam de juros de atraso por não ter sido pago no dia.
298 Dafna passa ao próximo item: Deliberar sobre o envio de ofício para entidade com número
299 excedente de faltas: SINTRESC; e observa que tinha outra secretaria que estava também com
300 excesso no número de faltas, questionando qual era ao presidente. André diz que era a Secretaria
301 de Educação, onde já foi encaminhado ofício e atualmente estão participando, estando presente a
302 Fabíola. Dafna diz que a comissão trouxe a sugestão de oficializar a entidade sobre as faltas não
303 justificadas e a educação oficializar novamente apontando as penalidades. André pontua que é
304 questão disposta no regimento interno que se as não governamentais excedem pode ocorrer à
305 perda da cadeira no conselho, e com relação à educação relembra que foi decidido que a partir de
306 agora está sendo cumprido. André reforça que com relação às não governamentais pode haver a
307 exclusão. Sabrina relembra que para haver a exclusão deve haver entidade suplente em respeito
308 ao princípio da paridade, porém não existe no momento. André diz que fica aprovado
309 encaminhar ofício pontuando a importância da participação do SINTRESC no CMDCA.
310 Guilherme questiona qual cadeira o André representa. André responde que APP. Guilherme diz

311 que há resolução do CONANDA que possibilita que as APPs participem, por se tratar de
312 município pequeno onde não há variedade de entidades. Guilherme diz que se têm pessoas da
313 comissão analisando as documentações encaminhadas pelas APPs, é de se pensar a troca dessa
314 instituição faltante por uma APP, e diz que se encaminham ofícios para a entidade e ela continua
315 faltando é de se pensar essa troca. André questiona como é possível fazer sem ter o fórum.
316 Guilherme explica que é uma provocação, e explica que já mencionou que o fórum é o
317 movimento das entidades e diz que o ideal seria que as entidades tivessem encontros mensais.
318 Guilherme explica que se há uma cadeira que está aberta, o fórum deve deliberar dessas APPs
319 qual das APPs podem participar. Sabrina relembra que estão analisando as documentações
320 justamente para realizar o fórum que está em atraso. Guilherme explica que o que não pode
321 continuar é o CMDCA encaminhar diversos ofícios, e observa que a exclusão está disposta no
322 Regimento. Guilherme diz que podem fazer um fórum extraordinário, ou um fórum geral das
323 entidades. André diz que fica comprometido em fazer esse movimento com as entidades. Dafna
324 passa ao item: Deliberar sobre o parecer n.º 005/2020 da Comissão de Normas e Documentos do
325 CMDCA que aprova a prestação de contas do FIA até 30 de junho; Dafna explica que o parecer
326 da Comissão de normas foi favorável a aprovação, pois conseguiram entender conforme foi
327 disposto no relatório. Sabrina lembra os conselheiros de irem até o CMDCA assinar o parecer.
328 Alessandra observa que já poderiam fazer uma programação de gastos, para abrir os editais e
329 informa que no ano anterior tiveram o superávit de R\$156 mil. Alessandra diz que os R\$ 40 mil
330 que são para o projeto chancelado do CEACA já foi descontado e diz que tem como saldo
331 bancário disponível: R\$ 207.700,64. Guilherme diz que fica essa reflexão para a Comissão do
332 FIA: do que adianta buscar mais arrecadação para o FIA se não tiverem programas e projetos.
333 Guilherme observa que quanto mais dinheiro em caixa, menos proteção tem a criança e o
334 adolescente. Dafna explica que nesse ano foram brecados devido à posição da administração de
335 ser ano eleitoral. Dafna afirma que tem dinheiro e tem demanda a ser atendida. Guilherme diz
336 que em Itajaí chegou a sobrar um milhão, e explica que enquanto isso há adolescentes que
337 poderiam estar sendo atendidos indo para o tráfico. Alessandra sugere que a Comissão do FIA
338 pense em trazer gente de fora para explicar como fazer projetos e explica que as entidades foram
339 cobradas de fazer o relatório referente aos recursos devido à época de pandemia, foram
340 orientados sobre a prestação de contas. Alessandra diz que outra questão é que recebeu
341 questionamentos através de e-mail e ligação do Richarles da Associação Jorge Lacerda, onde
342 perguntava se o presidente da ENGIE poderia direcionar aos projetos chancelados a verba que
343 doou através da DARF. Alessandra explica que ela e Sabrina questionaram Patrícia e buscaram
344 também o assessor Guilherme, que também orientou, e explica que responderam que não pode
345 direcionar e diz que, por exemplo: se a pessoa quer doar para uma determinada entidade ela
346 direciona diretamente à entidade e não ao FIA, se a pessoa quer direcionar a verba do FIA ao
347 CEACA, isso tira o poder de decisão dos conselheiros. E diz que o Guilherme explicou que tira a
348 legitimidade das decisões do CMDCA. Alessandra diz que é nova na prefeitura, que está nela há
349 quatro anos e diz que aprendeu a analisar as contas com os conselheiros e solicita que Guilherme
350 acrescente e a corrija caso necessite. Dafna explica que já respondeu ao Richarles que não
351 podem fazer e o porquê que não dá. Alessandra diz que uma coisa é direcionar através de
352 chancela que aí pode direcionar aos projetos das entidades. Luciane diz que precisará sair. André
353 pede que conselheiros deliberem sobre a aprovação do parecer n.º 05/2020 da Comissão de
354 Normas que aprova as contas até 30 de junho de 2020. Conselheiros aprovam por unanimidade.
355 Fabrício sugere que tenham duas reuniões e que tenham um tempo menor: de 1h e meia por mês,
356 pois hoje é feita em uma única manhã: das 8h30min às 11h30min. André explica que a previsão
357 de término é às 11h30min, porém às vezes as discussões se estendem. André diz que quem tiver
358 que sair fique à vontade. Sabrina observa que para os demais assuntos é necessário o quórum de
359 1/3. André observa que ficaram cinco conselheiros. Guilherme afirma que o CMDCA salva
360 vidas, o CMDCA aprova programas e projetos para os adolescentes que estão entrando na
361 puberdade, que estão em crise psicológica, que estão atravessando mudanças que a própria
362 adolescência traz, se meche com mais de R\$ 150 mil por ano, inclusive tem o poder de deliberar

363 coisas, e afirma que é muito importante a participação de todos e o entendimento que não é mais
364 uma reunião de trabalho, mas que tem o poder de salvar vidas. Guilherme afirma que a reunião
365 não deveria ser de três horas, mas o dia inteiro, para os assuntos serem bem debatidos.
366 Guilherme diz que não adianta ter reunião de uma hora ou duas horas e ter fila de crianças e
367 adolescentes esperando atendimento psicológico na saúde, por exemplo, ou esperando
368 atendimento no CEACA, Grupo Escoteiro, nas entidades em geral. Guilherme observa que
369 tiveram uma live recente com a presença de representantes do CEDCA e promotores, onde teve
370 uma fala do promotor: Murilo Digiácomo que as reuniões do CMDCA deveriam ser semanais.
371 Guilherme afirma que a reunião deveria durar muito mais tempo, são mensais, aproximadamente
372 doze reuniões ordinárias por ano, fora as reuniões das comissões. Guilherme diz que, com todo o
373 respeito, pegando a fala da conselheira Rosa: o CMDCA delibera tempo. Guilherme diz que os
374 cantores sertanejos estão aí catando para incentivar a beber, e fica cada vez mais difícil defender
375 as questões da família e diz que deveria ser prioridade da sociedade em geral. Guilherme diz que
376 faz essa observação para não ter discussões sobre a diminuição de horas da reunião e achar que
377 uma hora é o suficiente. Guilherme diz que a partir do momento em que a Secretaria indicou, ou
378 a entidade deliberou pela pessoa estar presente na reunião do CMDCA é de responsabilidade
379 dela participar pensando em salvar vidas e diz que alguns conselhos fazem reunião meia boca,
380 rápidas, somente para cumprir. Guilherme observa que a não participação da Polícia civil talvez
381 se dê por não serem cobrados. Guilherme diz que os conselheiros devem vir preparados para no
382 dia da reunião do CMDCA se organizar para estar presente e contribuir. André diz que entende
383 que é uma reflexão nacional, e diz que tem uma frase que utiliza: não tem sangue negro nas
384 veias, mas tem nas mãos. André diz que com relação às representações governamentais a
385 Secretaria de Educação foi convocada através da titular Renata no chat e e-mail e faz a
386 observação que muitas vezes passam a mão por questões políticas, se é pra registrar a realidade,
387 reforça que há muitas questões políticas envolvidas; Fabíola diz que irá solicitar a troca, e
388 informa que quando foi avisada participou, e explica que com relação à última reunião foi
389 conversado com Sabrina, e diz que entrou na sala às 7h30min, e reforça que irá pedir a troca para
390 passar a ser a titular. André diz que não adianta somente a troca de suplente para titular, pois a
391 suplente também tem que ser atuante e suprir o titular nos casos de ausência e sugere que se
392 possível busque com a Secretária outra representação. Priscila questiona se Renata está afastada.
393 Fabíola confirma e diz que a Renata está de pré-candidata a vereadora. Guilherme diz que há
394 uma reflexão a ser feita: explica que não tem nada contra a cidade, e diz que o CMDCA de
395 Capivari é um ótimo conselho em comparação com outros conselhos do Estado, tem questões
396 positivas, porém, diz que cabe enquanto assessor fazer observações sobre utilizar o recurso
397 existente no FIA, para, por exemplo: promover o protagonismo infanto-juvenil, projetos de
398 meditação em sala de aula, trabalhar o lúdico, e diz que devem pensar quantos ganhos também
399 para a educação, onde tem grandes demandas. Fabíola diz que assim como a Alessandra está a
400 pouco tempo na prefeitura e questiona se a Secretaria de Educação pode utilizar o recurso do
401 FIA. Guilherme confirma e explica que só não podem utilizar o recurso para a manutenção,
402 assim como para o Conselho tutelar, para a Secretaria de Saúde. Fabíola questiona se seriam
403 projetos voltados para crianças e adolescentes como o CEACA faz. Guilherme diz que, por
404 exemplo, não pode pagar melhorias de estrutura, estrutura de banda. Guilherme diz que é uma
405 visão errônea que muitos conselheiros têm de achar que o governo não pode apresentar projetos
406 e afirma que podem. Guilherme diz que não precisam seguir a sugestão do Murilo Digiácomo de
407 fazer reuniões semanais, mas que as coisas sejam deliberadas, feitas, e pede para imaginar
408 quantas crianças poderiam estar protegidas e diz que esse é o futuro que quer. Dafna diz que é o
409 que queremos, e diz que o André diz que fazem e fazem, mas o resultado não vem, e relata que
410 todos têm suas metas individuais, porém o conselho tem metas conjuntas, são engrenagens, onde
411 cada um tem o seu ritmo. André passa ao próximo item, informando que a comissão de normas
412 tem sugestões de mudanças estruturais com relação ao registro de entidades e programas. André
413 diz que a sugestão é de alteração da Res. n.º 02/2014 do CMDCA, com relação à digitalização
414 do formulário de registro de entidades e programas e mudança de prazo (de 30 para 5 dias) para

415 a entidade solicitar a revisão dos documentos encaminhados pela entidade ao CMDCA e de
416 período para registro/renovação das entidades, programas e projetos (proposto de até 5/10), para
417 análise dos registros pela comissão (proposto até 15/10); para entrega e a análise das pendências
418 pela comissão caso houver (proposto até 23/10); para deliberação da plenária sobre os registros
419 aprovados (proposto na ordinária de 29/10); Dafna observa que foram recebidos os registros
420 físicos de algumas APPs, e explica que a análise foi paralizada pela questão da pandemia, e que a
421 sugestão é que as entidades se inscrevam através de link, com novas datas propostas, visando
422 finalizar o assunto até novembro, e explica que essa análise é importante para fazer o fórum das
423 entidades. Dafna diz que irão analisar as documentações das oito entidades que entregaram e diz
424 que a comissão irá verificar as questões que estão pendentes em respeito a quem já se inscreveu e
425 informa que foram feitas duplas, diz que Rosa e ela irão se reunir amanhã à tarde para verificar e
426 que posteriormente levarão para a comissão. Dafna diz que a sugestão é fazer um formulário on-
427 line através do Google forms. André diz que estará na resolução a obrigatoriedade da
428 digitalização dos documentos e diz que a sugestão é passar de 30 (trinta) para 5 (cinco) dias a
429 análise das pendências. André diz que será feito um formulário digital com a possibilidade de
430 inclusão de anexos, provavelmente em PDF. André diz que a questão da definição de datas
431 podem realizar em outro momento. Dafna diz que as datas precisam ser deliberadas, pois iniciam
432 na próxima semana. André explica que nesse momento coloca primeiramente esses itens em
433 deliberação. Sabrina questiona se pode fazer uma Resolução nova, revogando a Resolução n.º
434 02/2014 e as alterações de 2018, pois já houveram diversas alterações e facilitaria se as
435 informações estivessem todas em uma só resolução, explicando que se a entidade a procurar terá
436 que imprimir mais de uma resolução, podendo gerar confusão nas informações, e explica que a
437 sugestão seria apenas organizar tudo o que foi alterado em uma só resolução. Dafna diz que não
438 foi isso que a comissão decidiu, e se for essa a proposta teria que retornar para a análise da
439 Comissão. André diz que em outro momento, quando for atualizada a lei retornam nesse assunto
440 e atualizam. Sabrina diz que sugeriu apenas devido facilitar o entendimento e a disponibilização
441 para as entidades, porém acata a decisão dos conselheiros. André diz que fica registrada essa
442 sugestão. André diz que sobre as datas a sugestão da Comissão de normas é: período para
443 registro/renovação das entidades, programas e projetos (proposto de até 5/10), para análise dos
444 registros pela comissão (proposto até 15/10); para entrega e a análise das pendências pela
445 comissão caso houver (proposto até 23/10); para deliberação da plenária sobre os registros
446 aprovados (proposto na ordinária de 29/10); Conselheiros concordam por unanimidade. Rosinetti
447 questiona se o Clube Esperança irá sair e quando. André observa que devem observar o que diz o
448 estatuto da entidade. Rosinetti diz que já foi verificado que não tem questão que envolva criança e
449 adolescente no estatuto e informa que o clube esperança neste ano não está funcionando. André
450 diz que a representação do Clube esperança sempre esteve presente e observa que Nete é pessoa
451 da comunidade e por isso também é importante a participação e diz que a entidade pode verificar
452 para atualizar o estatuto. Rosinetti diz que a participação será difícil e acredita que o Clube
453 Esperança irá desistir, devido não realizar a alteração do estatuto. André diz que os registros
454 ainda serão analisados em 29/10. André informa que tem um assunto para a palavra-livre sobre a
455 resolução n.º 217/2020 do CMDCA, que chama o grupo de trabalho da rede para realizar a
456 análise do projeto de combate à negligência. André diz que seu art. 2º diz que: O grupo de
457 trabalho será responsável por analisar e adaptar o projeto de combate à negligência à realidade
458 atual de isolamento social devido a COVID, para viabilizar a sua execução por entidades
459 interessadas, através de chamamento público a ser realizado posteriormente; André informa que
460 saiu o CREAS e a Sec. de Educação, e entrou Dafna, Alessandra do Conselho Tutelar e Tatiana
461 do CRAS, e informa que o projeto saiu, e diz que apresentará em tela, pois o prazo disposto no
462 art. 3 da Resolução é para realizar a apresentação foi hoje. Sabrina observa que deveriam ter
463 encaminhado antecipadamente por e-mail, para a análise dos conselheiros. André explica que o
464 projeto foi terminado ontem. Guilherme sugere o assunto ser pauta da próxima reunião, deixar
465 para todos lerem, sendo um dos primeiros assuntos em pauta da próxima reunião plenária.
466 Guilherme diz que assim ficará um debate mais qualificado e com um maior número de

467 conselheiros presentes. André concorda com a fala do Guilherme, porém pensou em apresentar
468 em cumprimento do prazo e sugere que assim que Sabrina receber no e-mail do CMDCA
469 encaminhar aos conselheiros. Guilherme pede que encaminhe a ele enquanto assessor.
470 Conselheiros concordam. Priscila diz que teria uma questão sobre o SIPIA, e informa que estão
471 sendo cobrados pela utilização do SIPIA, e explica que até então não utilizavam por questões de
472 computador, internet, e diz que tiveram uma capacitação onlinem, porém explica que não foi tão
473 produtiva quanto seria presencialmente, e que devido à pandemia foi realizada à distância. E diz
474 que buscou orçamento com a Cíntia, que trabalhou no conselho tutelar de Tubarão para realizar
475 uma capacitação, onde seriam dois sábados o dia todo, Priscila diz que não sabe se será aprovado
476 nesse momento por questão da lei eleitoral. André diz que podem fazer compra direta como a
477 questão da capacitação da família acolhedora, porém devem pegar outros dois orçamentos.
478 Sabrina observa que a questão da capacitação da Família Acolhedora já foi pontuada no ano
479 passado e portanto foi gasto previsto no plano de ação e aplicação. Guilherme diz que de devem
480 pegar três orçamentos para fazer a métrica, saber se está na média de preço, por exemplo: se uma
481 assessora cobra mil, outra mil e um pelo mesmo serviço, não irão contratar a que pede dez mil, e
482 diz que devem analisar o currículo da profissional que está vindo. Sabrina informa que em outro
483 momento a Graziela da ACCT havia encaminhado um orçamento para o e-mail do CMDCA, e
484 sugere que solicitem a ela um orçamento atualizado. André diz que o CMDCA aguarda o
485 encaminhamento por e-mail e agradece a presença dos presentes, que permaneceram até o final
486 da reunião: Rosineti, Dafna, Fabíola, Hamilton, Priscila, Sabrina e em especial o assessor
487 Guilherme. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às onze horas e trinta e
488 cinco minutos. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na condição de assistente
489 administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos
490 membros presentes.